



Luiz Estevão ajudou a convencer Oscar Niemeyer a permitir o avanço das áreas de fundos de lojas e bares do comércio das entrequadras

# Niemeyer autoriza comércio a ampliar área em entrequadra

DF - Brasília

*GDF sai ganhando. Cobrança de IPTU pode gerar R\$ 3,8 milhões por ano*

MARIA EUGÉNIA

Uma autorização assinada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, um dos idealizadores de Brasília, deve colocar um ponto final na novela da legalização das invasões de áreas públicas nas comerciais da Asa Sul. Há mais de 11 anos o assunto tira o sono de pelo menos 2.700 empresários brasilienses e do governo local, que poderia estar arrecadando R\$ 3,8 milhões/ano a mais com o IPTU e a taxa de ocupação com a legalização das áreas. A lei determinando a regularização das invasões foi sancionada há quase um ano pelo governador Cristovam Buarque, mas não pôde ser cumprida por “recomendação” judicial.

O capítulo final da novela, que

deveria ter acontecido em 15 de maio do ano passado com a publicação da lei que permite o “avanço” de mais seis metros (incluindo subsolo e sobreloja) em direção às superquadras pelo comércio das entrequadras da Asa Sul, foi prorrogado por uma recomendação do Ministério Público ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O procurador Antônio Carlos Bigonha entendeu que a lei contrariava a legislação referente ao tombamento da cidade.

Pelo disposto em um dos artigos da legislação, apenas com uma autorização dos autores do projeto de Brasília (Oscar Niemeyer e Lúcio Costa) seria possível propor novas edificações em áreas não-edificadas após o tombamento do Plano Piloto, que ocorreu em

1987. O artigo é o principal empecilho para que o Iphan regulamente o processo de legalização das áreas.

**Autorização** - Incomodado com o impasse, o deputado distrital Luiz Estevão (PMDB) decidiu visitar Oscar Niemeyer, no Rio de Janeiro, e convenceu-o a dar a autorização para que a lei fosse efetivamente implementada. O parlamentar desembarcou ontem em Brasília com a autorização debaixo do braço. “Agora, o projeto sai do papel”, comemorou. Estevão é autor do projeto substitutivo aprovado na Câmara Legislativa regularizando as ocupações.

O procurador Antônio Carlos Bigonha preferiu não se antecipar aos fatos e decidiu aguardar ser comunicado oficialmente da autorização para se pro-

nunciar. Entretanto, admitiu que a permissão de Oscar Niemeyer ou Lúcio Costa é uma exigência legal para alterar o projeto original do Plano Piloto.

A iniciativa do deputado, porém, surpreendeu a presidente da Câmara, deputada Lúcia Carvalho (PT), que participa de uma comissão composta por empresários e representantes do Iphan e do GDF criada justamente para resolver o impasse. “Ele se aproveitou de uma idéia nossa. Depois do trabalho pronto, ele cortou o queijo e comeu”, queixou-se o parlamentar. Lindberg Aziz Cury, presidente da Associação Comercial do DF e integrante da comissão, também ficou surpreso, mas evitou fazer qualquer comentário sobre a iniciativa de Luiz Estevão.